

NOTAS SÔBRE A COMORIÊNCIA (*)

Luiz Bonsi Júnior – Professor
Contratado de Direito Civil na Faculdade
de Direito de Bauru.

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - A comoriência e as presunções de premoriência no Direito Romano. 3 - Os artigos 720, 721 e 722 do Código Napoleão. 4 - A regra da comoriência nos Códigos Cívís de Alemanha, Itália e Portugal. 5 - A solução anterior à codificação brasileira. 6 - A regra de comoriência no vigente Código Civil Brasileiro. 7 - Sua aplicação não está subordinada à unidade de acontecimento. 8 - A natureza jurídica da regra de comoriência. 9 - Âmbito de sua incidência. 10 - Seu caráter de regra subsidiária. 11 - As várias consequências de sua aplicação.

1 - A morte real - modernamente considerada como o único acontecimento capaz de determinar definitivamente o fim da personalidade, que se baseia essencialmente na existência da pessoa física⁽¹⁾-, conquanto pareça fato intuitivo, com elementos constitutivos de singela determinabilidade, tem sido através dos tempos objeto das mais sutis manifestações da inteligência dos estudiosos

(*) Este trabalho é precisamente aquilo que sua denominação sugere: notas sôbre o tema da comoriência, de que nos utilizamos como roteiro de aula lecionada na Faculdade de Direito de Bauru, em junho de 1965. É bem verdade que, visando a sua publicação, procuramos acrescê-las de variada referência bibliográfica, o que não melhorou sua qualidade e nem lhes tirou o primitivo sentido propedêutico, apesar de nosso diligente esforço.

¹⁾ Em legislação da época intermediária e em alguns códigos que já na Idade Moderna, não haviam assimilado os novos princípios norteadores da civilização (assim, por exemplo, o artigo 95 do antigo Código Civil Chileno), a personalidade jurídica do homem desaparecia, também, pela morte civil, considerando-se "tamquam mortui" as pessoas que tomavam ordem em profissões monásticas ou sofriam condenações penais.

da ciência jurídica. O "momentum mortis" e, por vêzes, de problemática fixação, tendo mesmo *Polaco*, ao tratar dêsse tema⁽²⁾, sido levado à comparação do falecimento da pessoa com os números fracionais, "que se não podem exprimir com algarismos precisos, mas sòmente, com aproximações".

A relevância da comprovação do momento da morte aumenta de intensidade quando se procuram estabelecer os efeitos da defunção simultânea de duas ou mais pessoas, desde que haja entre elas qualquer relação jurídica, de tal forma que o fato de terem falecido ao mesmo tempo, ou de ter uma sobrevivido à outra ou às outras -, possa modular a transmissão de seus direitos.

Sugere-se, assim, a consideração da denominada teoria dos comorientes⁽³⁾, com a análise das várias soluções técnicas encontradas no direito comparado e as múltiplas sutilezas que os teóricos esmiuçam no trato do assunto.

2 - No Direito Romano vigia a aplicação genérica da regra de *Marciano*, também atribuída por alguns a *Justiniano*, segundo a qual aquele que invocava direito fundado na precedência, em um mesmo acontecimento funesto, da morte de uma pessoa sôbre outra, devia fazer prova da alegação, sob pena de ser pronunciada a simultaneidade dos óbices. Assim constava do fr. 18, do Digesto, 34.5 - "De rebus dubilis".⁽⁴⁾

Fora dêsse princípio geral, e com o intuito de mitigar a dificuldade do mister probatório, admitiam-se, então, algumas presunções de premoriência, aplicáveis exclusivamente às hipóteses de terem ascendentes e descendentes perecido em um mesmo sinistro. Dêsse modo é que fi-

²⁾ In "Sulla massima "momentum mortuis vitae tribuitur" nos "Studi in onore di Biagio Brugi" 1910, págs. 711 e seguintes.

³⁾ Cf. *Josserand* "Cours de droit civil positif français", vol. 1º, 3ª edição, págs. 411 e 412.

⁴⁾ "In quibus casibus si pariter decesserint, nec appareat quis ante spiritum emisit, non videtur alter alteri supervixisse.

cou assentado por *Tryphoninus* que: se faleceu *Lúcio Tício* com o filho, púbere, que êle havia instituído herdeiro no testamento, entende-se que o filho sobreviveu ao pai, e foi herdeiro em virtude do testamento; e a herança do filho defere-se a seus sucessores. Mas, se com o pai morrer filho impúbere, crê-se que sobreviveu o pai⁽⁵⁾. Idênticas presunções foram estabelecidas por *Gaius* ⁽⁶⁾ e *Javolenus* ⁽⁷⁾ em relação à mãe falecida em tais circunstâncias. As presunções de premoriência não incidiriam, porém, quando o pai fosse liberto⁽⁸⁾, caso em que se tinham como falecidos ao mesmo tempo, pela conveniência de se protegerem os interesses do ex-patrão, titular do direito de herdar ("jura patronatus") quando o liberto falecesse sem deixar filhos.

As soluções romanas foram, posteriormente, ampliadas em sua aplicação prática, admitindo os intérpretes das fontes do "Corpus Juris Civilis" operassem aquelas presunções ainda quando não houvesse unidade de evento e identidade de lugar onde tivessem falecido as pessoas objeto de sua aplicação⁽⁹⁾. *Muhlenbruch*, em sua "Doctrina Pandectarum"⁽¹⁰⁾, citado por *Windscheid*⁽¹¹⁾, por entender que a presunção em favor dos púberes, tidos como mais robustos, caberia sempre que se encarasse a morte

⁵⁾ "Si Lucius Titus cum filio pubere, quem solum testamento scriptum heredem habebat, perierit: intelligitur supervixisse filius perierit, creditur pater supervixisse: nisi et hic contrarium approbetur."

⁶⁾ "Si mulier cum filio impubere naufragio periit priorem filium necatum esse intelligitur (Digesto, 1,23, § 4º liv. 34, tit. V)".

⁷⁾ "Cum pubere filio mater naufragio periit: cum explorare non possit, uter prius extinctus sit, humanius est credere, filium diutius vixisse (Digesto, 1,22, § 4º, liv. 34, tit. V)".

⁸⁾ "Cum filio suo libertus simul perierit, intestati patre legitima deferatur hereditas, si non probatur supervixisse patri filius: hoc enim reverentia patronatus suggerente dicimus (*Tryphoninus*, Digesto, 1. 9, § 2.º, liv. 34, tit. V)".

⁹⁾ *Arndts*, "Lehrbuch der Pandekten", 14.ª edição, Pfaff e Hofmann, pág. 36 n. 1.

¹⁰⁾ Págs. 176 e 177.

¹¹⁾ "In" "Diritto delle Pandette", trad. de Fadda e Bensa, 1.902, par. 53, n. 5, páv. 219.

de púberes e impúberes, sustentava a aplicação extensiva das presunções das fontes romanas, mesmo na hipótese de ter ocorrido a defunção fora das relações de parentesco.

3 - O direito francês, positivado no “Code Napoleón”, inspirou-se no direito romano para construir um sistema quase completo de presunções de premoriência, deduzidas da força da idade e do sexo, quando o contrário não decorra das circunstâncias do fato.

Assim dispõe o Código Civil dos franceses:

Artigo 720: - Se várias pessoas, respectivamente chamadas à sucessão uma da outra, perecerem em um mesmo acontecimento, sem que se possa reconhecer qual morreu em primeiro lugar, será a presunção da sobrevivência estabelecida pelas circunstâncias de fato e, na falta delas, em consequência da idade e do sexo.

Artigo 721: - Se aqueles que pereceram juntos tiverem menos de quinze anos, presumir-se-á que o mais velho tenha sobrevivido. Se uns tiverem menos de quinze anos e os outros mais de sessenta, presumir-se-á que os primeiros tenham sobrevivido. Se todos tiverem mais de sessenta anos, presumir-se-á que o mais moço tenha sobrevivido.

Artigo 722: - Se aqueles que pereceram juntos tiverem quinze anos completos e menos de sessenta, presumir-se-á sempre que tenha o homem sobrevivido à mulher, quando as idades forem iguais ou quando a diferença que existe não passar de um ano. Se eram do mesmo sexo deverá ser admitida a presunção de sobrevivência que dá abertura à sucessão

na ordem da natureza assim o mais moço presume-se ter sobrevivido ao mais velho.

É bem verdade que as soluções estabelecidas pelo direito francês, conquanto tivessem sido consagradas por diversos códigos antigos, como, "exempli gratia", o albertino (arts. 965, 966), o parmense (arts. 867, 868), o estense (arts. 940, 941) e o napolitano (arts. 642, 643), na Itália, além do haitiano (arts. 580, 582), do luisiânico (arts. 936, 939) e do quebequiano (arts. 936, 939), na América -, foram bem cedo repelidas por complexas e artificiais, combatendo-as tanto os juristas alienígenas como, também, alguns franceses, como *Teophilo Huc* e *Levê*(¹²). Mas não tem faltado quem as defenda ainda hoje, afirmando que a regra da comoriência não é melhor que as presunções de premoriência, estas criticadas somente por sua complexidade ou pela aparente puerilidade de seus supostos fáticos, embora reveladoras da sabedoria de um sistema que conduz a resultados mais equitativos(¹³).

4 - O problema foi, também, devidamente solucionado pelos Códigos Civis de Portugal (art. 1.738), Itália (art. 4.º) e Alemanha(¹⁴), tendo todos êles, de modo idêntico, rompido com a tradição do direito romano ao firmar regra que desatende às presunções de premorriência e estabelece a simultaneidade da morte de duas ou mais pessoas, quando ela ocorra nas condições aqui focalizadas e sem que se possa apurar qual delas premorreu. E porque a solução alvitada pelo direito brasileiro codificado não

¹²) Cf. *Eduardo Espinola e Eduardo Espinola Filho*, "Tratado de Direito Civil Brasileiro" 1.941, vol. X, pág. 639, nota "q".

¹³) Cr. *Manuel Arauz Castex* e *J. Joaquim LLambias*, "Derecho Civil", tomo I, pág. 383.

¹⁴) Artigo 2.º: 'Sind Mehrere in einer gemeinsamen Gefahr umgekommen, so wird vermutet, dass sie gleichzeitig gestorben seien'. Em vernáculo: "Se diversas pessoas falecerem num desastre comum, presume-se que morreram tôdas ao mesmo tempo".

destôa substancialmente dessa orientação, dispensamos de tecer-lhe agora maiores considerações.

5 - Antes do Código vigente o direito civil brasileiro “não passava de um aglomerado variável de leis, assentos, alvarás, resoluções e regulamentos⁽¹⁵⁾”, que gravitavam na órbita das Ordenações do Reino, compilação repleta de lacunas, abundantemente omissa. No seu silêncio o aplicador do direito era remetido às fontes romanas ou às glosas e opiniões de *Acursio* e *Bartolo*. E porque não tivessem estipulado uma regra solucionante das consequências jurídicas decorrentes da morte de duas ou mais pessoas, nas circunstâncias que vimos examinando, aplicavam-se subsidiariamente as regras expostas no Digesto (liv. 24, tit. 1.º, 1. 32, § 14 e 34. 5, frs. 22 e 23). Depois, certamente sob a inspiração da Lei da Boa Razão que pretendeu dignificar as leis portuguesas e, assim, mitigou a supersticiosa veneração dedicada ao direito romano, destituindo de qualquer autoridade as opiniões dos glosadores -, passaram as leis das nações civilizadas da Europa a suprir as lacunas das Ordenações. Houve, então, quem, como *Coelho da Rocha*⁽¹⁶⁾, que tivesse tentado fazer com que prevalecessem as regras de preeminência do direito francês. Apesar disso, segundo narra *Ferreira Coelho*⁽¹⁷⁾, o assunto, em nosso direito antigo, foi por último regulado com bases no Digesto Português⁽¹⁸⁾, onde *Corrêa Telles* amalgamou as regras do direito romano e do Código Napoleão.

6 - Nas diversas e tormentosas tentativas de codificação do nosso direito civil, guinou-se desde logo para uma

¹⁵⁾ Cf. *Paulo de Lacerda* “in” “Síntese histórica e crítica do Código Civil Brasileiro, 1.917, pág. 3.

¹⁶⁾ “Instituições de Direito Civil Português, 1.886, vol. 1, págs. 46 e 47.

¹⁷⁾ “In” “Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comparado, comentado e analisado”, vol. 4.º, pág. 441.

¹⁸⁾ Tomo II, edição da imprensa da Univ. de Coimbra, 1.835, pág. 106.

solução simplificada da comoriência, repudiando-se as presunções que nosso direito antigo deduzia da idade e de outras circunstâncias. Assim é que tanto o “Esboço de Teixeira de Freitas” (art. 243), quanto os projetos de *Felício dos Santos* (art. 157) e *Coelho Rodrigues* (art. 6.) , a “una voce”, adotaram a regra da simultaneidade da morte, quando a premoriência não fosse plenamente demonstrada. A inspiração teria vindo da Suíça, mais precisamente do direito dos cantões de Waadt (art. 510), Lucerna (§ 12), Aargau (§ 22) e Graubunden (§ 14), segundo a lição de *Pontes de Miranda*⁽¹⁹⁾, não obstante se afirme, também, que a regra originou-se do Código Civil alemão.

No mesmo sentido foi a proposição do projeto de *Clovis Bevilacqua*, aceita com a fórmula que lhe deu o Senador *Rui Barbosa* e finalmente redigida da maneira seguinte, tal como se encontra no artigo 11 do Código: “Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”.⁽²⁰⁾

7 - Parece não ter sentido a afirmação que comumente se faz de que a aplicação do artigo 11, do Código Civil Brasileiro, está subordinada à unidade do acontecimento gerador da morte de duas ou mais pessoas. A aceitação desse entendimento não se justifica, principalmente porque inúmeras hipóteses podem surgir de ocorrência de duas ou mais mortes em lugares distintos e por causas independentes, sem que só por isso se altere a relevância jurídica da fixação da ordem em que se teriam verificado as defunções.

¹⁹⁾ Cf. seu “Tratado de Direito Privado”, 1.954, vol. 1.º, pág. 230.

²⁰⁾ O enunciado da regra não foi modificado substancialmente pelo artigo 14 do Anteprojeto confeccionado pelo professor Orlando Gomes, agora já transformado em projeto de Código Civil e submetido às apreciações preliminares do Congresso Nacional. Assim se dispõe ali: Artigo 14 - Se duas ou mais pessoas falecerem na mesma ocasião, sem que se possa determinar qual delas morreu em primeiro lugar, presume-se a comoriência.

É bem verdade que a doutrina francesa exige a unidade do fato para que se apliquem as presunções de premoriência expostas nos artigos 720, 721 e 722, do Código Napoleão⁽²¹⁾, muito embora existam vários julgados dos tribunais gauleses que teriam procurado ampliar o alcance das expressões "même événement", conforme afirmação feita por *Maury* e *Vialleton*⁽²²⁾. Mas há que se atentar para as diferenças existentes entre as artificiais presunções do direito francês e a simplicidade da regra de comoriência consagrada não só por nosso direito, mas, ainda, pelos Códigos Cívís da Itália, Alemanha e Portugal, além de outros. É lógico que o direito francês limite a aplicação das presunções de premoriência à hipótese de mortes produzidas por uma causa única, porque somente assim é que se embasam logicamente aquelas suposições derivadas da maior ou menor resistência vital de uma pessoa. O mesmo não se dá quando a regra é de comoriência, porque aqui a unidade do evento carece de qualquer sentido para ser admitida como pressuposto de sua aplicação.

No direito alemão bem cedo se cogitou da aplicação extensiva da regra aos falecimentos ocasionados por fatos secundários, mas oriundos de um único acontecimento, como no caso do incêndio e desabamento de um mesmo prédio, quando os mortos podem se verificar por queimaduras e por esmagamento⁽²³⁾. E a literalidade do preceito contido no artigo 20 do Código Civil alemão não impediu que se desse, posteriormente, maior compreen-

²¹⁾ Cf. *Baudry-Lacantinérie*, "Traité Théorique et pratique de droit civil", 1.895, vol. 1.º, págs. 77 e 78; *Colin e Capitant*, "Cours élémentaire" 1936, págs. 397 e 398, etc.

²²⁾ "In" "Des Successions", no "Traité" de *Planiol e Ripert*, 1.928, vol. 4.º, págs. 47 e 48.

²³⁾ Cf. *Bockel*, "Kommorienten", no "Archiv für die civilistische praxis", vol. 93, pág. 478; *Oertmann*, no "Der Allgemeine Theil des Bürgerlichen Gesetzbuch", vol. 1.º do "Kommentar" de *Biermann, Blume e Opet*; § 20, n. 2, "c"; *Enneccerus*, "Lehrbuch des Bürgerliche Rechts", vol. 1.º, 1.ª parte, pág. 190, entre outros.

são à regra da comoriência, até o ponto de abranger a hipótese da morte de duas ou mais pessoas ocorrida em lugares e acontecimentos distintos, desde que a prova da premoriência não se fizesse satisfatória²⁴.

Para os mais consagrados civilistas italianos a unidade do fato é irrelevante⁽²⁵⁾. Assim é que *Ferrara* acentua que os efeitos da premoriência ou da comoriência “non solo si ha quando piú persone siano perite nello stesso disastro, ma anche se abbiano trovato la morte in luoghi e circostanze diverse. Una persona e scomparsa in una spedizione polare, l'altra in un viaggio d'esplorazione nel centro dell'Africa, d'entrambi s'ignorano notizie e momento della morte”.⁽²⁶⁾

Assim é, também, a orientação doutrinária portuguesa, expressa na lição que *Luiz da Cunha Gonçalves* retirou da análise do artigo 1.738, do Código Civil português: “...não é essencial que duas ou mais pessoas morram no mesmo desastre; essa presunção será aplicável também se elas morreram em lugares e circunstâncias diversos, por exemplo, se uma morrer em uma expedição polar, em dia e hora ignorados, e outra numa viagem de exploração ao centro da África, em idênticas condições; ou uma num acidente de avião e outra num naufrágio; ou se uma se afundou com o navio e outra foi tragada pelas ondas no bote em que saltara a fim de se salvar; e até quando, havendo registos de óbito, não consta destes a hora do falecimento, ou quando os registos não forem lavrados, embora as pessoas morrescem de doença, não se podendo provar por testemunhas o dia e a hora da morte de cada uma”.⁽²⁷⁾

²⁴) Cf. *Kohler*, “in” *Lehrbuch des burgerlichen Rechts*, vol. 1.º, 1.ª parte, págs. 302 e 303; *Arndts*, ob. citada, pág. 36, n. 1.; *Dernburg*, “Das burgerliche Recht des deutschen Reichs und Preussens”, vol. 1.º, pág. 136, etc.

²⁵) Cf., entre outros, *Carlos Fadda e Paolo Emilio Bensa*, “in” “Notas às Pandectas de Windscheid”, vol. primo, p. prima, pág. 739.

²⁶) “In” “Trattato di Diritto Civile Italiano”, vol. 1.º, Parte I, pág. 471.

²⁷) Cf. seu “Tratado de Direito Civil vol. 1.º, tomo 1.º, pág. 209 e 210.

No Brasil, embora os tratadistas não tivessem demonstrado interesse especial por uma análise arguta da regra de comoriência, feriu o insigne *Pontes de Miranda*⁽²⁸⁾ seus aspectos mais curiosos, negando esteja sua aplicação subordinada à unidade de acontecimento. Afirmando que “mesma ocasião é mais geral do que mesmo perigo ou perigo comum”, ensina aquele mestre que tão só a mesmidade de ocasião é pressuposto da comoriência, não a unicidade da causa da morte.⁽²⁹⁾

Essa, em nosso entendimento, é a orientação mais consentânea com a necessidade de se resolverem tôdas as situações onde os efeitos jurídicos sejam diversos, segundo se considerem simultâneas ou sucessivas as mortes de duas ou mais pessoas.

8 - A regra de comoriência estabelecida pelo artigo 11 não deve ser entendida como uma presunção, embora o sustentem alguns e apesar de ter êsse dispositivo adotado a expressão “presumir”.⁽³⁰⁾

Há aí, precisamente, a simples explicitação de um princípio probatório, segundo o qual “un diritto non si puó dir nato a favore d’una persona se questa non esiste al momento in cui il diritto ha origine⁽³¹⁾”. Se, portanto, alguém deseja direito seu na sucessividade da morte de duas ou mais pessoas, ocorrida num mesmo sinistro ou separadamente, compete-lhe a demonstração dessa precedência. Se êle não a fornece os falecimentos serão reputados como simultâneos, não porque milite a presunção de contemporaneidade dos óbitos. As consequências de mortes ocorridas sem que se saiba se no mesmo mo-

²⁸⁾ Ob. citada, vol. 1.º, págs. 233 e 236.

²⁹⁾ É êsse o entendimento de *Serpa Lopes* expresso em seu “Curso de Direito Civil”, vol. 1.º, pág. 266. *Silvio Rodrigues*, no “Direito Civil”, vol. 1.º, pág. 61, também dá à regra a natureza de presunção. No mesmo sentido, *Caio Mario Ferreira*, “Instituições”, vol. 1.º, pág. 177.

³⁰⁾ Cf. *Chironi & Abello*, “in” “Trattato di Diritto Civile Italiano”, parte geral, pág. 179.

³¹⁾ Ob. loc. cit.

mento, ou não, equivalem àquelas decorrentes de mortes verificadas num mesmo instante. Numa e em outra hipótese os efeitos jurídicos serão os mesmos.

Assim é, mais ou menos, a lição de *Fadda e Bensa*⁽³²⁾, perfeitamente aplicável ao nosso direito. Para os ilustres mestres de Nápoles e Genova não há que se atribuir à regra da comoriência o caráter de presunção ou ficção, porque “si capisce benissimo, che l’obbligo di provare i fatti che, danno base alláz allúazione non è punto fondato in generale sopra una presunzione legale del fatto contrario. Lòbligo che io ho di provare il dominio in giudizio di rivendca non importa punto una presunzione di dominio nel possessore fino a prova contraria. Il risultato è che, se non se potrà provare, che una persona sia premorta alláltra, gli è nell’effetto come se tutte due fossero morte ad un tempo. Ma in ciò non è nè finzione, presunzione”.⁽³³⁾

O preceito do artigo 11 de nosso Código Civil não exprime uma presunção legal. Reproduz um princípio geral de direito probatório; quem reclama um direito deve provar “quantum satis” o fato que o gerou, sob pena de não colher em seu benefício quaisquer conseqüências jurídicas.⁽³⁴⁾

9 - Costuma-se limitar a aplicação da regra de comoriência aos casos de sucessão legítima. Não há razão alguma para que se pense assim.

³²⁾ Idem, ibidem.

³³⁾ Para *Von Thur*, “in” “Derecho Civil”, trad, de Tito Ravá, a regra de comoriência é inútil, “no tiene mayor importância porque en ningún aspecto se diferencia de lo que debería aceptarse a falta de disposiciones legales. En efecto, tampoco en el case de varias perdsonas que mueren en accidentes distintos de tal suerte que no pueda establecer-se el orden en que las mueres se produjern, poderia ser aceptada otra solución, ya que resultaria arbitrario admitir que una de las personas sobreviviesse a las demás (págs. 21 e 22)”.

³⁴⁾ Cf. *Ferrara*, ob. e loc. cit.

Sempre que da prioridade da morte de uma pessoa em relação a outra dependa a produção de quaisquer efeitos jurídicos, haverá incidência do artigo 11. Assim, por exemplo, não só quando entre os falecidos existe uma relação hereditária, mas ainda no caso de se finarem o disponente e o legatário, o doador e o donatário, quando a doação é clausulada de reversibilidade -, na condição "se falecer sem prole" ("si sine liberos decesserint"), na cláusula de sobrevivência, etc.

Do mesmo modo resolvem-se, portanto, não só as hipóteses regulamentadas pelo direito hereditário, mas, ainda, aquelas extranhas à matéria sucessória. A outra conclusão não se poderia chegar, quer pelo fato de ter a regra aludida o caráter de princípio geral de direito probatório ⁽³⁵⁾, quer, também, porque o nosso Código não a enunciou ao cuidar do direito das sucessões, fazendo-a constar da parte geral. ⁽³⁶⁾

10 - Recorre-se ao princípio constante do artigo 11, do Código Civil pátrio, "sol quando ogni specie di prova è impossibile, o riesce vana" ⁽³⁷⁾, porisso que êle pressupõe uma incerteza invencível quanto à ocorrência da sucessividade ou da concomitância das mortes.

Diversos são os meios de que se poderá valer o interessado para estabelecer a certeza da sobrevivência de uma daquelas pessoas mortas em tais circunstâncias. A prova do momento dos falecimentos poderá ser feita com

³⁵⁾ Cf. *Vicente Ráo*, "O Direito e a Vida dos Direitos", vol. 2º, pág. 233.

³⁶⁾ Vd. *Filomusi-Guelfi*, "Successioni" "in" "Digesto Italiano", vol. 12 3ª parte, pág. 397.

³⁷⁾ Cf. *Lacassagne*, "Medicine Judiciaire", págs. 212 a 214, "apud" *Martinho Garcez*, "Da Teoria Geral do Direito", pág. 55: "Entre os sinais de morte recente e morte anterior apresentam-se êstes: 1º, o resfriamento progressivo do cadáver até começarem os fenômenos químicos da putrefação, quando readquire certo calor; 2º, a perda da contractibilidade dos músculos, manifestando-se a rigidez cadavérica dentro de poucas horas após a morte e estendendo-se a todo o corpo depois de 24 horas; 3º, as lesões que pode o cadáver apresentar em órgãos essenciais, de modo que a morte devia ter sido imediata, ou lesões menos graves que permitissem a continuação da vida por algum tempo".

a simples exibição da certidão de registro dos óbitos, desde que dela constem o dia e a hora das defunções. Na sua falta, a certeza poderá ser encontrada com o auxílio da ciência médica ⁽³⁸⁾, ou, ainda, com a verificação das circunstâncias em que se deram os fatos, ou produção de prova testemunhal, etc. A prova deverá, enfim, ser concludente, não valendo como tal quaisquer conjecturas.

Quando se esgotam todos êsses meios de comprovação, sem que se consiga demonstrar a premoriência, aí então prevalecerá a regra da simultâneidade dos falecimentos.

11 - As consequências da aplicação do preceito são várias, segundo se considere a natureza da relação jurídica que existia entre os comorientes.

Se de direito hereditário, por exemplo, nenhum comoriente sucede ao outro, devendo ser chamados à sucessão cada um de seus herdeiros. Na condição "sine liberis decesserint", se a comoriência ocorrer entre pai e filhos, aquela considerar-se-á como verificada. Na doação com pacto de reversão para a hipótese de premorrer o donatário, a aplicação da regra impedirá que os bens doados revertam ao doador, se êste falecer com aquele, muito embora entenda *Castro y Bravo* que, neste caso, a vontade do doador deverá ser interpretada, prevalecendo a reversão se suas preferências se voltaram mais para seus herdeiros do que para os herdeiros do donatário⁽³⁸⁾.

³⁸⁾ Vd. *Castro y Bravo*, "Derecho Civil de España", vol 2º, págs. 143 e 144.